



HAL
open science

Confrontação com o país de origem e redefinição das identificações: Descendentes de migrantes portugueses no contexto intraeuropeu (França-Portugal)

Irène dos Santos

► **To cite this version:**

Irène dos Santos. Confrontação com o país de origem e redefinição das identificações: Descendentes de migrantes portugueses no contexto intraeuropeu (França-Portugal). *InterDisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 2014, Luso-descendants in Diaspora: Negotiating Identities and Transnational Mobility, 3 (2), pp.433-459. ird-02010770

HAL Id: ird-02010770

<https://ird.hal.science/ird-02010770>

Submitted on 7 Feb 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Confrontação com o país de origem e redefinição das identificações: Descendentes de migrantes portugueses no contexto intraeuropeu (França-Portugal)

Irène Dos Santos
Universidade Nova de Lisboa

Resumo. O artigo analisa a maneira como, ao longo do ciclo da vida e das idas e voltas entre país de origem e país de instalação, as autoidentificações dos descendentes de migrantes portugueses de França se redefinem. Com base em materiais etnográficos recolhidos entre 2000 e 2006 em França e em Portugal, junto de quarenta e oito jovens binacionais, maioritariamente diplomados do ensino superior, o estudo demonstra a que ponto o transnacionalismo (no sentido lato) da segunda geração se prende com o projeto migratório familiar, centrado no regresso à aldeia de origem, nas solidariedades transgeracionais e numa relativa endogamia, mas também numa forte mobilidade espacial no contexto intraeuropeu. Esta mobilidade entre países de instalação e de origem observada em meados dos anos 2000 resulta parcialmente da política europeia para incrementar a circulação estudantil, mas também da política diaspórica do Estado português direcionada para os lusodescendentes, da qual a narrativa constituiu uma fonte identitária inédita e valorizante, face à invisibilidade e à dupla desvalorização, social e cultural, da imigração portuguesa na sociedade francesa.

Palavras-Chave: Migração portuguesa, França-Portugal, relações entre gerações, segunda geração, transnacionalismo, construções identitárias

Abstract. This article analyzes the ways in which the self-identifications of Portuguese migrants' descendants in France are redefined throughout their life cycle and their travels back and forth between their country of origin and France. This study of second-generation Luso-descendants is based on ethnographic data collected between 2000 and 2006 in both France and Portugal through a survey of forty-eight young binationals, the majority of whom have a bachelor's degree. The study reveals the extent to which the transnationalism (broadly defined) of the second-generation is connected to their family's migration project focused on returning to the village of origin, on transgenerational solidarity, and on a certain endogamy, as well as on considerable spatial mobility in an intraeuropean context. In the early 2000s, this mobility between the country of origin and the country of settlement was partly due to European Union policies of student mobility, but also to the Portuguese state's diaspora policy for Luso-descendants. The life experiences of these Luso-descendants constitute a new and rewarding identification resource to counter the invisibility and the "double devaluation," both social and cultural, of Portuguese immigrants in French society.

Keywords. Portuguese migration, France-Portugal, relations between generations, second-generation, transnationalism, identity construction

A 24 de Novembro de 2011, por altura de uma deslocação a Washington, o Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva lançou um vibrante apelo aos “lusodescendentes”, assinalando o seu papel, mais do que nunca primordial num contexto de crise económica sem precedente, de “embaixadores de Portugal” nos países onde residem. Esta narrativa não é inédita, nem especificamente dirigida à “diáspora”¹; o que levanta aliás a questão da própria definição de diáspora e das categorias de análise a que recorreremos: será que todos os portugueses, quer sejam “emigrantes”, “lusodescendentes”, “expatriados”, ou “exilados”, integram uma mesma diáspora, ou seja, partilham uma memória coletiva dos factos históricos que se encontram na origem do seu afastamento (Rocha-Trindade, 2003)?

Este tipo de narrativa suscita diversas questões, desde logo quanto à maneira como os descendentes de migrantes portugueses se apropriam deste apelo à “lealdade” (Portes, Escobar, & Arana, 2009), ou das normas culturais e identitárias que definem essa lealdade; e, depois, sobre os impactos da política de emigração direcionada para as “comunidades portuguesas” conduzida pelo Estado português nas construções identitárias ou no designado “nacionalismo de longa distância” (Glick-Schiller & Fouron, 2001), na “portugalidade” e nos laços transnacionais da segunda geração.

A interrogação sobre esta alegada lealdade implica um questionamento aprofundado sobre o conjunto das relações que os filhos de migrantes herdaram e (re)constróem com o país de origem dos pais, nas suas diversas configurações (territorializado e desterritorializado), assim como dos sentimentos de pertença e identificação em que estas relações se baseiam.

A presente reflexão articula-se em quatro pontos. Após uma breve exposição dos questionamentos teóricos que orientam a investigação, apresentarei três retratos da segunda geração e cujas trajetórias de vida seguiremos ao longo da análise. Posteriormente são apresentados elementos adicionais a essa caracterização, com base na análise da experiência migratória vivida em contexto familiar, relativos à forma como as relações com o país de origem se transformam gradualmente em função dos ciclos de vida e dos contextos socioeconómicos e políticos dos países de residência e de origem. Por último será descrita a reapropriação dos laços com Portugal, através da distanciação face aos laços mantidos com a aldeia de origem e com a cultura popular herdada e o surgimento de práticas transnacionais².

A análise aqui apresentada baseia-se numa pesquisa etnográfica conduzida entre 2000 e 2006³, junto de quarenta e oito descendentes de portugueses em França, cujos pais e/ou avós emigraram para esse país entre finais dos anos 1950 e 1970. Essa emigração constituiu uma mão-de-obra relativamente homogénea quanto à origem social e ao projeto migratório (os emigrantes tinham origem em meio rural, eram pequenos camponeses, operários ou trabalhadores não qualificados e eram apolíticos). Em França estes trabalhadores tornaram-se operários especializados (construção civil e indústria automóvel), e/ou foram recrutados para o ramo dos serviços prestados diretamente a particulares.

A população estudada nesta investigação é composta por vinte mulheres e vinte e oito homens, com idades compreendidas entre os vinte e os trinta e cinco anos, e é maioritariamente constituída por membros da dita “segunda geração”⁴, isto é, pessoas de ascendência portuguesa nascidas em França (trinta e oito interlocutores) e por uma minoria de indivíduos da designada “geração 1.5”⁵, ou seja, pessoas de ascendência portuguesa que nasceram em Portugal mas vivem em França desde muito jovens (10 interlocutores)⁵. Dos 48 inquiridos, 35 são binacionais (portugueses de nascença e franceses por naturalização)⁶ e 13 possuem exclusivamente a nacionalidade portuguesa, entre os quais três homens nascidos em França, que recusaram adquirir a nacionalidade francesa quando atingiram a maioridade legal, de forma a evitar o serviço militar neste país, mas também para “*não trair a sua origem*”, posição reforçada pelo sentimento de terem sido rejeitados pela sociedade francesa⁷. Os meus interlocutores conheceram geralmente trajetórias sociais ascendentes (36 pessoas dos 48 casos analisados). A maioria é Licenciada ou estudantes do ensino superior (15), empregados nas profissões intermédias da saúde, administrativas e comerciais do setor privado, ou ainda quadros superiores no ramo do comércio, engenheiros e advogados. Deste ponto de vista, os níveis de escolarização dos inquiridos neste estudo e as suas trajetórias profissionais não são representativos da globalidade dos descendentes de migrantes portugueses em França, que se caracterizam por uma baixa escolaridade comparativamente com outros descendentes de migrantes (INSEE, 2012) e se orientam principalmente para carreiras técnico-profissionais. Esta estratégia, aliás, determina condições particulares de acesso ao mercado de emprego por parte dos descendentes de migrantes portugueses (nomeadamente com uso das redes familiares e comunitárias) (Branco, 2009) e permite-lhes apresentar a mais baixa taxa de desemprego observada no conjunto das segundas gerações (Simon, 2003; INSEE, 2012)⁸.

A pesquisa foi conduzida em função das deslocações dos inquiridos, alternadamente ao país de nascença, França (região parisiense, regiões da Auvergne e regiões de Lyon e periferia) e no país de origem, Portugal (tanto nas aldeias rurais, como em Lisboa e no Porto), onde bastantes filhos de migrantes viveram uma experiência estudantil/profissional no início dos anos 2000.

Baseada no método da observação participante e da recolha de narrativas de vida, esta etnografia multissituada reflete não só a multiplicidade dos objetos de estudo (inquirido e sua família, associação portuguesa e rede associativa, encontros de lusodescendentes), mas também das escalas de análise (individual, local, nacional e diaspórica). Os diversos espaços sociais abordados pela pesquisa (espaço associativo e encontros de lusodescendentes, espaço habitado, de trabalho, de estudo, de lazer) não foram sistematicamente objeto de estudo, tendo, por vezes, proporcionado apenas o contexto para a sua execução. Por sua vez, a escolha dos lugares para conduzir a pesquisa etnográfica provocou uma sobre representação dos estudantes e diplomados do ensino superior uma

vez que metade dos meus interlocutores foram encontrados em associações de “lusodescendentes” e encontros diaspóricos de “lusodescendentes”, maioritariamente frequentados por estudantes e diplomados do ensino superior e uma parte destes inquiridos foram contactados diretamente no contexto universitário em Paris (Clermont-Ferrand) e no Porto.

Por conseguinte, a delimitação do terreno etnográfico não corresponde ao estudo de um grupo localizado mas antes à ideia de “rede total”, entendida como: “sistema aberto incluindo parte dessa população [no caso, os descendentes de migrantes portugueses em França] e parte do contexto social no qual se inserem, sem que os limites deste sistema aberto sejam os de uma ‘comunidade étnica’” (traduzido do francês; Katuszewski & Ogien, 1981, p. 161).

Este tipo de abordagem baseia-se numa postura epistemológica que procura ter em conta os sentimentos de pertença dos indivíduos, sendo a noção de “identificação” entendida como a margem de manobra de que os indivíduos dispõem, perante identidades reificadas (Dessajan, Hossard, & Ramos, 2009, p. 19), procurando evitar a categorização dos indivíduos com base na existência de “comunidades imaginadas” (Hage, 2005). Esta investigação tem por objetivo estudar os percursos de vida de pessoas consideradas bem-sucedidas quanto à integração na sociedade de acolhimento e que não romperam os laços com o país e a cultura de origem (como preconizado pela lógica assimilacionista), mais do que analisar os percursos de reprodução social e cultural. Contrariando a hipótese que defende que o desenvolvimento das atividades transnacionais coletivas seria uma resposta à incerteza da inserção no novo país (Portes, 1997), certos autores demonstraram que “as atividades transnacionais são exercidas pelos indivíduos mais bem apetrechados em recursos sociais, culturais e económicos no seio de cada grupo imigrado; por aqueles que mais participam na vida social do país de residência” (traduzido do francês; Fibbi & D’Amato, 2008, p. 19). Tanto na sociedade de residência como na de origem, a legitimidade destas elites baseia-se precisamente nas respetivas trajetórias sociais ascendentes.

A escolha dos três retratos de segunda geração, apresentados mais à frente no texto, reflete este objetivo da investigação: trata-se de pessoas nascidas em França, binacionais e diplomadas do ensino superior, cujos pais apresentam um percurso migratório inscrito na lógica do regresso; e, por isso, tendo mantido um contato regular com Portugal durante a infância e a adolescência, estas pessoas apropriaram-se, de formas diferentes, dos laços herdados e da relação com a cultura e o país de origem dos pais, capitalizando agora essas apropriações, em diferentes contextos.

Segunda geração e laços com o país de origem: Aspectos teóricos

As investigações conduzidas sobre as continuidades e as ruturas socioculturais transgeracionais que caracterizam as migrações e as diásporas, bem como as permanências e evoluções das relações mantidas com o país de origem e as práticas de circulação/idas e voltas (*back and forth*), realizadas com base nos

descendentes de migrantes, constituem um vasto corpo teórico e empírico, pluridisciplinar, renovado a partir dos anos 1990–2000. Estas teorias deram relevo a conceitos e categorias de análise tais como: “assimilação segmentada” (Portes, 1996; Portes & Rumbaut, 2001; Rumbaut & Portes, 2001), “nacionalismo de longa distância” e nostalgia do país de origem (Glick-Schiller & Fouron, 2001), “transnacionalismo” (Lacroix, Sall, & Salzbrunn, 2008; Levitt, 2009; Levitt & Waters, 2002); alguns desses conceitos associados a diferentes experiências de “regresso”: *return migration* (Christou, 2002; King & Christou, 2010; Tsuda, 2003), *roots-tourism* (Basu, 2007; Fourcade, 2010; Legrand, 2006), ou ainda *roots migration* (Wessendorf, 2013). Estas teorias permitem ultrapassar uma certa simplificação na forma de encarar o processo de integração dos descendentes de migrantes – assimilação *versus* etnicização –, enfatizando a continuidade das práticas migratórias entre gerações e a reconfiguração dos laços sociais e pertenças nos quais assenta esta mobilidade.

Os estudos conduzidos sobre as migrações internacionais continuam a ser parcialmente marcados pelas tradições científicas, modeladas pelos diversos modelos de sociedade em que se inserem os seus autores. A ideia de incorporação mais íntima dos valores e normas da sociedade de instalação, que permite partilhar memórias e histórias comuns, os sentimentos e atitudes que definem o corpo nacional, são centrais no “modelo francês de integração” e caracterizam diversos outros modelos nacionais por toda a Europa (Simon & Tiberj, 2012). Neste contexto, a identidade (e consequentes pertenças múltiplas) dos migrantes e de seus descendentes é alvo de múltiplas especulações⁹, inclusive suspeição em certos casos, tal como ficou patente por altura do debate sobre a identidade nacional, organizado pelo governo francês em 2009.

Uma análise comparada dos estudos transnacionais, nos Estados Unidos e na Europa, demonstra que, neste continente, a atenção é dedicada aos países de acolhimento, às ideologias e à política, enquanto nos Estados Unidos a tónica incide sobre o país de partida e os laços sociais transfronteiriços que fundam o transnacionalismo de base (*transnationalism from below*) (Østergaard-Nielsen, 2003). Esta situação explica parcialmente a falta de dados empíricos qualitativos disponíveis sobre as relações mantidas com o país de origem, os laços transnacionais e as práticas de ida e volta da segunda geração em França, em particular, e na Europa, em geral¹⁰. Um inquérito recente do INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques) mostra que 84% dos descendentes de imigrantes em França visitaram pelo menos uma vez o país de origem, 44% mantêm contatos com pessoas nesse país, e 39% consultam os media do país de origem. Para os descendentes de portugueses, estes valores são, respetivamente, 95%, 52% e 39% (INSEE, 2012, p. 239).

As perspetivas analíticas propostas pelo conceito de transnacionalismo, constituem uma alternativa aliciante, ainda que substancialmente discutido e relativizado por certos sociólogos, que fizeram observar que “nem todos os imigrantes estão envolvidos em práticas transnacionais e . . . aqueles que o estão, fazem-no com considerável variação no tocante aos setores, níveis, força

e grau de formalização do seu envolvimento” (traduzido do inglês; Levitt, DeWind, & Vertovec, 2003, p. 569). Além disso, a natureza destes envolvimento varia em função dos critérios, bastante heterogêneos, estabelecidos pelos investigadores para definir as práticas transnacionais (Guarnizo, Portes, & Haller, 2003).

Definido como o processo segundo o qual os migrantes constroem e alimentam relações sociais multifacetadas (económicas, políticas, socio-culturais), que ligam as suas sociedades de origem e de instalação, o conceito de transnacionalismo permitiu, no contexto das investigações sobre as migrações internacionais, concentrar a atenção sobre a existência de relações sociais que ultrapassam o quadro formal e redutor das fronteiras nacionais (Basch, Glick-Schiller, & Szanton Blanc, 1994; Portes, 1997).

Este novo campo de estudo suscitou um questionamento, de índole geral, tanto epistemológico como metodológico, sobre a ideia de que os grupos sociais são necessariamente definidos por um território nacional determinado, tendo também viabilizado a emergência do conceito de espaços transnacionais criados por estes migrantes, que construiriam igualmente “mundos imaginários”, através dos seus movimentos (Appadurai, 1996). Recentemente o conceito foi alargado, considerando que a migração transnacional ocorre no interior de espaços sociais que os próprios migrantes reconfiguram continuamente, em simultâneo e em várias sociedades podendo, desta forma, ultrapassar-se a dicotomia “*home*”/país de instalação (Levitt & Glick-Schiller, 2004)¹¹.

Os estudos relativos aos descendentes de migrantes tendem a demonstrar que as atividades transnacionais não são centrais nas respetivas existências, nem tão frequentes como as dos seus pais. Mas indicam principalmente que, apesar do indivíduo nunca ter regressado ao país de origem dos pais, o facto de frequentemente ser criado numa família em que as pessoas, os bens, os valores e as expectativas de um “algueres” se encontram enraizados no quotidiano, faz com que estes indivíduos disponham de “competências” e de “relações sociais” que lhes permitem tornar-se “ativistas transnacionais” ao longo da vida (Levitt, 2009; Pries, 2004).

A partir dos anos 1970, os estudos realizados em França, por geógrafos e sociólogos, sobre a migração portuguesa das décadas 60–70, evidenciaram as práticas de “ida e volta identitária” (Charbit, Hily, & Poinard, 1997) entre Portugal e França, por parte das famílias migrantes¹². A noção de ida e volta, associada à “circulação migratória”, demonstra a capacidade que os migrantes têm de tecer laços entre o país de origem e o país de acolhimento e suscita interrogações que ultrapassam a dicotomia paragem/retoma dos fluxos migratórios, ou integração/regresso, embora os migrantes continuem a referir-se ao “regresso”. O paradigma do transnacionalismo não tinha ainda surgido na literatura, mas as práticas descritas por estes autores prendem-se, em parte, com a noção de laços sociais construídos pelos migrantes, para além das fronteiras nacionais.

Não vamos tomar posição no debate acadêmico entre os defensores do caráter contemporâneo do fenômeno transnacional decorrente do contexto da globalização e aqueles que consideram que os imigrantes sempre viveram idas e voltas (Waldinger, 2006). Vamos, sim, mostrar como, ao longo do tempo da migração, dos ciclos de vida dos indivíduos e da sucessão das gerações, as modalidades das idas e voltas e os laços transnacionais se transformam.

Na sociedade rural portuguesa dos anos 1960–70, bastante desigual, em que o grupo social só existia através da sua ligação à terra (Pina Cabral, 1989), a continuidade atribuída à ancoragem no lugar/território de origem fez-se pela compra de terras, a construção de uma casa (Villanova, Leite, & Raposo, 1994), o envio de remessas e pelos regressos regulares das famílias em períodos de férias (Callier-Boisvert, 1999; Muñoz, 1998), facilitados pela relativa proximidade geográfica e pela continuidade territorial que possibilita as viagens de automóvel entre os dois países. Estes regressos periódicos asseguraram a manutenção dos laços sociais (em particular de parentesco) e afetivos com o país de origem, alimentando também o projeto de um regresso familiar, que por sua vez atrasou o processo de integração na sociedade de instalação.

A socióloga Engrácia Leandro mostrou de que forma o “projeto migratório” foi evoluindo gradualmente para a inserção na sociedade francesa, graças à geração dos filhos, transformação que ocorreu em simultâneo com o abandono das práticas ligadas ao regresso definitivo (Leandro, 1995; 2004).

Andrea Klimt, por sua vez, observou na Alemanha a continuidade dos projetos de regresso (Klimt, 1989) e também que a adesão de Portugal à União Europeia abrandou a dicotomia rígida entre permanecer na Alemanha e regressar a Portugal, atenuando a injunção da escolha entre espaços nacionais (Klimt, 2000, p. 20).

A investigação de Carolina Leite aponta no mesmo sentido da dupla residência das famílias portuguesas, concluindo que a aquisição de um alojamento em França não implica o abandono do projeto de regresso a Portugal: nada parece definido, quanto à decisão de uma instalação definitiva em França (Leite, 1999).

Com base na migração portuguesa na Suíça, José Carlos Marques e Pedro Góis (2008) demonstraram também que a natureza instrumental da migração, considerada como fonte de financiamento dos projetos individuais e familiares do emigrante, reativa constantemente a distinção entre presente (o tempo migratório) e futuro (o tempo do regresso). A perspetiva do regresso definitivo, a circunscrição das atividades transfronteiriças ao círculo privado ou familiar e a não-diversificação sociocultural interna ao grupo, explicariam o “baixo transnacionalismo” dos portugueses da Suíça (Fibbi & D’Amato, 2008, p. 11–12).

As investigações conduzidas especificamente sobre os descendentes de migrantes incidem, principalmente, nas questões identitárias decorrentes da complexidade das situações de dupla pertença vividas em contexto migratório, focalizadas nos processos de incorporação nas sociedades de instalação e sobre

as questões de etnicidade (Carreira & Tomé, 1994; Cunha, 1988; Hily & Oriol, 1993; de la Barre, 1997, 2006; Leandro, 1995; Oriol, 1984, 1988; Pingault, 2004)¹³.

A reflexão que proponho, relativa aos descendentes de portugueses no contexto intraeuropeu, baseada no caso francês e inscrita na continuidade das investigações mencionadas, consiste em analisar a forma como as confrontações com o país de origem, em diversos níveis de análise, conduz a identificações e a laços incessantemente renovados. As questões que guiam esta investigação são: Que impacto tem o projeto do regresso herdado, a experiência de ida e volta e as práticas de sociabilidade associadas a diversos espaços sociais do país de origem, sobre a reformulação dos sentimentos de pertença dos descendentes de migrantes portugueses?; Será que existe uma especificidade da segunda geração oriunda da migração portuguesa intraeuropeia que se caracterizaria, ainda hoje, pela predominância do regresso dos pais ao país de origem e de práticas transnacionais associadas (no sentido lato do conceito, a laços familiares e locais, no espaço privado)?; Em que medida estes laços se podem transformar de forma duradora (Rumbaut, 2002) e transgeracional?; Até que ponto podemos falar de “poder de ter sido criado num campo social transnacional” (Levitt, 2009) no contexto intraeuropeu?

Manuel, Maria e Carolina: Laços com o país de origem ao longo do ciclo de vida¹⁴

Manuel – 33 anos, nascido no nordeste de França afirma “ter sido condicionado ao regresso” e a sentir-se “verdadeiramente Português”, acrescentando “como gostar da França, quando esta representa, para mim, o apartamento exíguo no bairro social decrépito da periferia de Nancy em que vivi e onde tinha vergonha de levar os meus amigos?” Os pais, hoje aposentados, regressaram à sua aldeia no Minho. Filho de camponeses pobres, o pai emigrou nos anos 1960, aos 17 anos, para poder vir a comprar terra e construir uma casa, condições indispensáveis para poder casar. Uma vez casados, os pais de Manuel emigraram para França, onde a mãe se tornou empregada de limpeza e o pai operário na construção civil. A família ia passar todos os verões a Portugal, onde Manuel e o seu irmão cursaram o catecismo (Nancy situa-se numa região de reduzido tecido comunitário, em que não existia oferta de catecismo português). Diplomado por uma prestigiada escola de comércio, Manuel é hoje consultor em gestão e, no seu percurso escolar, efetuou dois anos de formação em Lisboa: o primeiro no quadro do Programa Erasmus (*European Region Action Scheme for the Mobility of University Students*)¹⁵ e o seguinte no quadro do *Service National à L'étranger*¹⁶ numa empresa francesa. Durante a experiência Erasmus, Manuel contribuiu para a elaboração de um protocolo de cooperação entre a escola superior de comércio que frequentava em França e uma prestigiada instituição universitária de Lisboa. Foi também, durante algum tempo, membro de uma associação parisiense de lusodescendentes. Na sequência de um despedimento por razões económicas e por não ter

encontrado novamente emprego em Portugal, foi trabalhar para Berlim, (Alemanha), graças ao seu “perfil europeu e multilingue”; dois anos depois, regressou a Paris. Alimentou durante vários anos a esperança de obter emprego em Portugal, projeto dificultado por só ter procurado oportunidades de instalação na região de origem dos pais, afastada dos centros económicos e de decisão portugueses. Vive hoje na região parisiense com uma francesa de origem portuguesa e teve o primeiro filho quase aos quarenta anos. Regressa regularmente a Portugal, não à procura de emprego, mas para visitar os pais onde casou religiosamente, tendo também efetuado a cerimónia de batismo do seu filho.

Maria – 34 anos, nascida no nordeste da periferia da região parisiense, é quadro comercial no setor da grande distribuição, e considera-se pouco ligada à família, de quem critica o “laço nostálgico” com Portugal: “é pena ter passado anos em França a pensar unicamente no regresso e a ser infeliz toda a vida . . . estes emigrantes escolheram ficar, quando poderiam perfeitamente ter regressado 10 anos depois da chegada”. Os pais emigraram em finais dos anos 60. O pai é operário na indústria alimentar e a mãe doméstica. Maria afirma ter sido criada “num ambiente privilegiado, rodeada de famílias [francesas] burguesas”, ambiente que “influenciou a sua educação e a sua maneira de encarar as coisas”. Os pais construíram uma casa na aldeia, onde a família regressava anualmente. Após vários anos sem ir a Portugal (dos 18 aos 25 anos), Maria deslocou-se frequentemente a Lisboa enquanto responsável pelo projeto de expansão económica da sua empresa em Portugal. Hoje só muito raramente lá vai: “Os filhos têm o direito de se desprenderem do projeto migratório familiar”. Solteira, vive sozinha em Paris e não quer relacionar-se com portugueses, a quem critica o “encerramento” e a “vida comunitária”.

Carolina – 29 anos, nascida na periferia residencial de Paris, é responsável comercial numa empresa de pronto-a-vestir internacional, sediada na capital. O pai, emigrado em finais dos anos 60, é mestre-de-obras na construção civil e a mãe é chefe de equipa numa lavandaria. Carolina é diplomada em comércio internacional, formação que incluiu um estágio de um ano, efetuado em Lisboa, junto de um estilista. O seu atual emprego requer deslocações regulares a Portugal (indústria têxtil). Paralelamente, como *freelance*, criou uma agência que organiza salões de moda, destinados a conferir alguma “visibilidade” aos jovens criadores portugueses em França. Esta atividade mobiliza os contatos profissionais que teceu durante o estágio efetuado em Lisboa e entra em concorrência direta com as iniciativas do ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal) em França, do qual considera o trabalho “pouco profissional”. De forma geral, Carolina critica Portugal por “não se dotar dos meios necessários ao seu desenvolvimento económico”. Ela também preside uma associação de lusodescendentes, fundada em 2005, por dissidência de uma associação franco-portuguesa, dita tradicional, onde “os jovens não conseguiam impor o seu projeto”. Foi na qualidade de presidente desta associação que participou, em 2006, no encontro mundial de lusodescendentes¹⁷ onde, pela primeira vez,

surgiu uma contestação que denunciava “a falta de interesse” do encontro mundial e uma instrumentalização dos lusodescendentes, num conjunto de iniciativas mediatizadas (com o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente da Assembleia da República), bem como em colóquios sobre a identidade portuguesa, situações e problemáticas consideradas, por esses lusodescendentes, afastadas das realidades sociais vividas nos países de residência. Enquanto líder associativa, Carolina apresenta e incentiva a construção de uma narrativa identitária renovada, que se distancia da continuidade histórica tradicional de celebração da presença de Portugal no mundo. Esta posição ficou demonstrada ao recusar-se, juntamente com outros participantes, a visitar o monumento das descobertas marítimas, que considera um “símbolo da prolongação do Portugal imperial”. Desde então, Carolina investiu na área política, tendo sido candidata nas eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas (órgão consultivo do Governo português, criado no início dos anos 80), para “defender os interesses dos emigrantes e dos luso-descendentes junto do Governo português”.

A experiência migratória da segunda geração: Idas e voltas familiares e sentimento de precaridade no futuro

A “casa de sonho” (Villanova, Leite, & Raposo, 1994) em Portugal, principal motivo do projeto migratório dos pais, é geralmente interpretado pelos meus interlocutores como tendo decorrido em prejuízo das boas condições de vida em França: apenas seis casais parentais, das quarenta e oito famílias estudadas, não investiram na construção de uma casa em Portugal e só uma família não é proprietária, nem em Portugal, nem em França.

Embora a precaridade material tenha gradualmente sido ultrapassada, com a exceção das famílias instaladas nos cubículos de porteira em Paris e na sua periferia, a ideia de uma precaridade no futuro mantém-se central na explicação da vivência migratória dos filhos de migrantes. Esta noção de provisoriedade encontra-se associada ao regresso projetado dos pais em cerca de trinta casais e já efetivo para os aposentados (embora com certas variantes, nomeadamente de género)¹⁸. Eis o motivo pelo qual, para os sujeitos entrevistados, falar da experiência migratória implica falar na primeira pessoa do plural – o “nós familiar,” forte, que estrutura o projeto migratório (Vatz Laaroussi, 2007) – de uma experiência vivida no presente, cujo desfecho permanece incerto: regresso definitivo a Portugal, instalação definitiva em França, continuidade da ida e volta (que se torna problemática com o envelhecimento).

Esta temporalidade da migração explica porque é que a memória da migração dos membros da segunda geração não é “pós-memória” (Hirsch, 2012), mas antes da ordem da experiência vivida no presente. Esta experiência migratória caracteriza-se por um questionamento do sentido do “sacrifício” dos pais, em benefício das gerações futuras (acesso aos estudos superiores, considerados menos acessíveis porque mais dispendiosos em Portugal; mobilidade social). Este sacrifício é definido pelo exílio dos pais, no sentido do

afastamento da família e do país natal e pelas difíceis condições de vida e de trabalho suportadas. Desta forma, a responsabilidade precoce dos filhos (Barbara, 1989) – inicialmente assumida numa situação em que os pais são vulneráveis, numa sociedade em que não conhecem bem a língua, os valores e os códigos – é, com o tempo, substituída pela noção de dívida. A migração torna-se então num projeto familiar que liga as gerações em torno da problemática do sucesso e do prestígio, mas também do sacrifício e da dívida, situação que suscita diversas questões quanto ao(s) critério(s) e aos lugares de afirmação do sucesso familiar, assim como no plano da reciprocidade das solidariedades familiares.

O estudo dos laços mantidos com a “terra de origem” (assim definida pelos meus interlocutores) evidencia as estadas regulares em Portugal (na(s) aldeia(s) natal(ais) dos pais), efetuadas por esta geração desde a infância, bem como a presença e a proximidade aos avós que agem como “pilares” e “reúnem toda a gente”, ligando os filhos dos migrantes a este “outro” mundo. Por outro lado, o relativo domínio da língua portuguesa, transmitida pelos pais e aprendida no meio associativo e/ou escolar francês¹⁹, permitiu a continuidade do diálogo intergeracional. Assim, os territórios alvo destas visitas anuais são definidos como a localidade das “raízes”, da “ancoragem” familiar, da continuidade genealógica, representações acentuadas ainda mais pela forte endogamia local das gerações dos pais.

Os contatos mantidos com a terra de origem, com a família e com a comunidade aldeã, materializavam-se por altura das férias de verão, geralmente durante a totalidade do mês de agosto. Mas, com a melhoria das infraestruturas rodoviárias em Espanha e em Portugal, bem como a generalização do acesso ao transporte aéreo, estas viagens aumentaram de frequência, tendo passado a incluir festas religiosas (Natal, Páscoa, dia de Todos os Santos) e as diversas férias escolares, diminuindo em compensação a duração das estadas estivais.

Apesar das transformações estruturais vividas pela sociedade portuguesa a partir dos anos 1960, observa-se ainda uma forte participação coletiva nas celebrações locais, e uma forte identificação ao lugar e à aldeia, factos que contribuem para a perpetuação destas sociabilidades festivas (Vasconcelos, 2001). A festa de aldeia que se tornou, frequentemente, na “festa do emigrante”²⁰, permanece o espaço privilegiado da reintegração coletiva e da reconstituição temporária de uma comunidade dividida pela emigração (Leal, 2000, p. 57). A festa de aldeia, sincretismo entre festa em honra do emigrante e festa do santo padroeiro associa, durante vários dias, sagrado e profano: missa, procissões de santos, torneios de futebol entre equipas locais e de emigrantes, leilões públicos de petiscos e iguarias especialmente confeccionados para financiar a festa, animações musicais (ranchos folclóricos, bandas filarmónicas), refeições coletivas, fogo de artifício e baile. O baile é momento de encontro entre jovens locais e filhos de emigrantes, sendo também um momento de rivalidade, pois os filhos de emigrantes vêm “perturbar as estratégias amorosas que os outros tecem durante o ano” (Charbit, Hily, & Poinard, 1997, p. 119). Bastantes

raparigas puderam usufruir de uma maior liberdade de saída com rapazes da mesma idade em Portugal (os pais contavam com o controlo social e consideravam o ambiente rural menos perigoso do que a cidade), sentindo-se por isso mais livres na aldeia, durante “Aquele querido mês de Agosto”²¹, momento de encontros amorosos típicos da adolescência.

Contudo, cada vez mais, os filhos de emigrantes tendem a reunir-se entre eles, frequentando bares e discotecas em que a animação em língua francesa lhes é exclusivamente destinada, com DJs vindos de França, sendo estas iniciativas publicitadas antes das férias pelas associações e *media* comunitários²². Tratar-se-á de um recuo, relativamente à pertença aldeã? De uma reação ao sentimento de exclusão de que se sentem vítimas? De um fenómeno mais profundo de autoexclusão, resposta à injunção de “ser igual”, de impossível execução, tendo em conta a capacidade linguística variável, as práticas sociais e culturais distintas?

Estas lógicas sociais distintas devem ser equacionadas com aquilo que os meus interlocutores consideram como sendo práticas de exclusão e de escárnio, por parte dos locais; julgamentos depreciativos (Gonçalves, 1996) dos pais ou de si próprios. O tempo do reencontro não é exclusivamente festivo, pois implica tensões sociais marcadas entre “locais” e “emigrantes”. O papel e as representações do emigrante e seus descendentes na sociedade de origem correspondem a lógicas complexas. Com efeito, embora os emigrantes, pelas suas importantes remessas de divisas, tenham contribuído para a consolidação das finanças do país e tenham desempenhado um papel ativo na melhoria das condições de vida nas aldeias, a sua conduta distintiva, considerada ostentadora, é objeto de críticas depreciativas por parte dos locais, sobretudo quando o emigrante se distancia do seu alegado dever perante a sociedade de origem, recusando a participação financeira (principalmente nas festas) esperada pelos locais. A recusa é baseada no sentimento da ingratidão dos locais e na impressão que estes hoje vivem tão bem, ou mesmo melhor, que eles próprios no estrangeiro.

Carolina (entrevista, 2005) refere, a propósito de um casamento, “a famosa dança em que é preciso ir ver os emigrantes, para estes darem notas...”:

Temos uma má imagem em Portugal . . . a família portuguesa é hipócrita. Quando cá vimos de férias, são todos sorrisos, mas nós vemos a inveja deles no quotidiano, a alegria de nos ver é só de aparência! Nunca vemos a família toda da minha mãe
Nunca rebaixámos ninguém, somos como somos. (Maria, entrevista, 2002)

As pessoas [em Portugal] não gostam de nós e aqui [em França] não somos franceses; quando lá chegamos, sentimo-nos rejeitados. Hoje existe uma inveja dos emigrantes relativamente aos portugueses, quando dantes era o contrário. (Carolina, entrevista, 2005)

As festas, tal como as partilhas ou a repartição da água de rega no verão, provocam situações de rivalidade e de conflito que permitem, numa sociedade

de natureza agonística em que os conflitos são estruturantes (Wateau, 2002, p. 13), reivindicar as identidades individuais e coletivas e reafirmar a pertença à comunidade aldeã. Evitar estes conflitos pode, portanto, ser interpretado como um repúdio da pertença local. A idade dos indivíduos deve também ser tomada em conta: exercer uma atividade assalariada ou ter filhos, incidem na duração dos regressos, que têm de ser obrigatoriamente mais breves:

Dantes, ia lá para estar com os meus primos, saímos, mas agora vou sobretudo para ver os meus avós, principalmente o meu avô paterno, que está muito doente... por enquanto, privilégio os meus avós Este ano havia uma forma de mal-estar, já lá não ia há três anos²³. Mas tinha a impressão de que a família estava mais ou menos contente de me ver Certas pessoas pensam que se lá não vamos, os esquecemos. (Carolina, entrevista, 2006)

Certos jovens optam por casar simultaneamente em França e em Portugal. Esta multiplicação dos espaços e tempos do ritual matrimonial não constitui um fenómeno específico do contexto migratório internacional; Martine Segalen, por exemplo, observou-o em França, junto de famílias que praticaram a migração interna (Segalen, 2009). Esta estratégia permite responder aos diversos constrangimentos sociais e culturais, assim como às expectativas das diversas gerações (dos Santos, 2005). O casamento celebrado em Portugal, geralmente na aldeia de origem²⁴ ou em localidade urbana prestigiosa, para onde são transportados os membros do parentesco alargado e os vizinhos da aldeia, atesta a importância que os noivos atribuem ao respeito pela “*tradição*”, “*respeito dos avós*”²⁵, a sua vontade de não “*desiludir*” as expectativas dos pais. Os casamentos constituem uma oportunidade suplementar para celebrar faustosamente o sucesso económico e social dos migrantes no meio de origem, sobretudo tratando-se de famílias anteriormente pobres. Como a casa e o automóvel, o casamento dos filhos é uma oportunidade de demonstrar ostensivamente o sucesso do projeto migratório (Callier-Boisvert, 1999). A celebração do casamento dito “tradicional”, que mobiliza a totalidade do parentesco, migrante e não migrante, indica a existência, nesta segunda geração, de uma dívida simbólica em relação aos pais e constitui, simultaneamente, uma oportunidade para a resgatar e emancipar-se do projeto migratório familiar.

Reapropriação das “idas e voltas”: A circulação migratória baseada em laços transnacionais e numa nova “portugalidade”

Importa aqui analisar a ligação mantida pelos membros da segunda geração com Portugal e, em particular, as práticas de circulação distintas das férias familiares. Estas práticas, dificilmente quantificáveis por se inscreverem no espaço da livre circulação da União Europeia, são de natureza diversa e inscrevem-se em projetos estudantis, profissionais ou militantes (associativismo, política), com objetivos e temporalidades distintos. Práticas que ilustram as reconfigurações, através da valorização de uma etnicidade portuguesa renovada na sociedade francesa, mas também e principalmente, os posicionamentos

identitários dos jovens adultos e a sua contínua redefinição das experiências vividas.

Os retratos de Manuel, Maria e Carolina evidenciam que os projetos de vida destes jovens se encontram imbricados nos projetos migratórios familiares, e que estes os influenciam: rede de sociabilidade francesa e/ou portuguesa, investimento parental na escolaridade e na formação dos filhos, eventual promiscuidade das habitações, imagens valorizadas das sociedades portuguesa e/ou francesa, omnipresença do projeto do regresso mantido pelos discursos e pelas práticas. Frequentemente, é em função das possibilidades de realização pessoal, que lhe são oferecidas por estas diferentes realidades, que o jovem se autonomizará do projeto familiar inicial ou, pelo contrário, se inserirá na sua continuidade. Embora seja difícil não estabelecer a ligação entre a ideia de regresso a Portugal de certos jovens de segunda geração e os projetos migratórios dos pais²⁶, são estas descontinuidades, estas reapropriações e reconstruções identitárias, que importa analisar.

No início da década 2000 Portugal encontrava-se numa situação económica favorável (tinha havido um importante reforço económico dos fundos estruturais comunitários, na sequência da adesão (1986), o que relançou a economia e viabilizou uma consequente política de industrialização e de grandes obras) que, associada a diversos fatores identitários e políticos pré-existentes, tornaram o país atraente, em particular, para os filhos de emigrantes portugueses radicados no estrangeiro. Nessa altura, o contexto específico do país coincide com o ingresso no mercado do trabalho de muitos jovens lusodescendentes, qualificados e diplomados, situação que se traduziu num aumento exponencial da participação destes jovens em programas de intercâmbio universitário, do tipo Erasmus, em Portugal, bem como num significativo aumento da procura de estágios e de primeiras experiências profissionais em Portugal.

Em 1989, numa obra de “prospetiva cultural”, o sociólogo M. Oriol destacava “as possíveis evoluções da identidade dos portugueses na França de amanhã” (Oriol, 1989). A análise feita pelo autor teve como base investigações conduzidas sobre as associações portuguesas que destacavam “a renovação da criação cultural” (Muñoz, 2002), fundada no surgimento de um sentimento de “orgulho de possuir uma dupla cultura” (sentimento avançado pelos indivíduos da segunda geração que se definem como binacionais: franceses e portugueses) (de la Barre, 2006, p. 7). É neste contexto que surge um novo tipo de associações, diferente das “tradicionais” existentes até à data, caracterizadas por uma “portugalidade” definida pela cultura popular e folclórica, tal como observado por A. Klimt (2005) na Alemanha e que tinham por função assegurar a transmissão cultural intergeracional, em contexto migratório. Esta nova forma de associativismo é específica da geração dos filhos de migrantes (nascidos em França ou chegados na infância), em trajetória socioprofissional ascendente, que procuravam valorizar e afirmar a sua “origem portuguesa”, não no espaço confinado da comunidade mas, pelo contrário, nos espaços de

grande visibilidade da sociedade francesa. Esta procura de visibilidade étnica passa pela construção de uma imagem valorizada da “portugalidade”, que mobiliza a literatura, a música, o cinema, o desporto²⁷, por um lado, e a distanciação da cultura popular dos mais velhos, por outro. Estas associações retomam normas culturais e identitárias estabelecidas pelas elites portuguesas para fazer de Portugal um país “moderno” (Sobral, 1999), à semelhança dos países de acolhimento. Surge também a utilização da noção de “lusofonia” e a língua portuguesa torna-se um valor acrescido no plano profissional, deixando de ser exclusivamente a “língua da intercompreensão familiar” (Villanova, 1989)²⁸.

A problemática da invisibilidade dos descendentes nas sociedades de instalação, extremamente presente nos discursos dos líderes associativos – o “síndroma da segunda geração” (Leal, 2007) – retoma, de alguma forma, o discurso oficial do Estado português, de inclusão/exclusão dos indivíduos e dos grupos em função do seu alinhamento ao desempenho oficial da “portugalidade” (Caetano, 2003). Este tem por objetivo assegurar a continuidade das “Comunidades Portuguesas”, por oposição ao processo de assimilação em curso, continuidade essa que corresponde a normas específicas veiculadas pela política da identidade conduzida por Portugal e da qual a lusodescendência é um dos aspetos mais visíveis desde meados de 2000 (Caetano & dos Santos, 2009; dos Santos, 2003).

No quadro de uma análise do processo de afirmação étnica da segunda geração, associada a novas modalidades de laços construídos com Portugal, a associação parisiense Cap Magellan, fundada em 1991, ocupa um lugar de relevo. Esta associação tem por objetivos:

Reforçar e desenvolver os intercâmbios entre a França e Portugal, nos níveis universitário, profissional, cultural e desportivo, mobilizar os jovens lusófonos e francófonos para a promoção da imagem de Portugal em França e no estrangeiro; desenvolver os intercâmbios entre jovens lusófonos radicados nos países da C.E.E. (Estatutos da associação, Paris, 15 de Julho de 1995)²⁹

Com a publicação anual de um milhar de anúncios de emprego, o departamento de estágios e emprego é o símbolo máximo da associação, captando numerosos aderentes (três mil em 2005), jovens diplomados à procura de emprego, que procuravam mobilizar os seus laços com Portugal (lusofonia, mobilidade geográfica). Inspirada pelo modelo da Animafac, importante associação estudantil francesa a que pertencem alguns dos seus membros, e em colaboração com organismos públicos portugueses ligados à juventude, a Cap Magellan presta apoio na elaboração dos currículos e nos contatos com empresas portuguesas, francesas e internacionais. A criação desta estrutura não corresponde a um movimento de solidariedade face às discriminações vividas, à semelhança do que se passa com os jovens franceses originários do Magrebe e de África, mas antes à vontade de associar “dupla cultura” e carreira profissional. Nos anos 2000, o sentimento de poder

contribuir para o “*desenvolvimento de Portugal*” é exprimido por estes jovens (cf. Sardinha, 2011). que tencionam ir trabalhar e viver para o país de origem dos pais: “Pensei que seria mais útil lá . . . não tenho a certeza, mas penso que, apesar de tudo, lhes podemos trazer algo . . . (Manuel, entrevista, 2000).

Importa saber porque é que estes jovens imaginam poder ser mais “*úteis*” no país de origem dos pais do que no país em que nasceram, cresceram e de que são (bi)nacionais. Além dos motivos já evocados, que se prendem com a noção do projeto migratório familiar, a sociedade francesa tardou bastante no reconhecimento do contributo económico e cultural da imigração, situação que condicionou, em numerosos casos, uma adolescência caracterizada pela recusa das origens e, em alguns casos até, pela vergonha dos pais imigrantes, submissos e desfasados e pela respetiva cultura (sentimento frequente, mas nunca assumido publicamente), objetos de uma representação na opinião pública francesa que os interessados consideravam negativa. Num contexto económico favorável, a ideia de que os diplomas franceses facilitariam o acesso à notabilidade em Portugal, alimentou indubitavelmente este tipo de projeto de “regresso” (concretamente, idas e voltas sucessivas).

Foi graças à sua implicação numa associação de lusodescendentes, que lhe transmitiu uma “imagem positiva” de Portugal, que uma jovem estudante se começou a interrogar: “Onde devo construir a minha vida?” Até aí tinha uma “imagem negativa” de Portugal, das regras e obrigações impostas pela família, do folclore, dos mexericos das mulheres da aldeia, e vivia mal no quotidiano a sua “origem portuguesa”, a troça de que era alvo na escola e as aulas de português, impostas pelos pais; hoje, embora não tenha “construído a vida” em Portugal, passa lá regularmente férias em família, levando amigos, com quem faz turismo noutras regiões do país (Sylvia, entrevista, 2001).

A apropriação de novos recursos identitários do país de origem, por esta segunda geração, baseia-se nas transformações e na construção ideológica, por parte dos sucessivos governos, da imagem de um país “moderno e europeu”. A ideia do “regresso”, bem como a da contribuição para o desenvolvimento de Portugal devem, portanto, ser também equacionadas em função do discurso governamental português, diretamente direcionado para os “lusodescendentes” a partir dos anos 2000³⁰.

Em 1999, o Secretariado de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP) organizou o primeiro “Encontro Mundial de Jovens Portugueses e Lusodescendentes”, que reuniu uma centena de jovens, militantes associativos na sua maioria, oriundos dos cinco continentes. Na sua análise das redes transnacionais, Maria Beatriz Rocha-Trindade destacou o papel fundamental desempenhado pelos movimentos associativos, que permitem “ao governo identificar interlocutores, canalizar as suas ações e multiplicar os efeitos destas iniciativas [perante os nacionais expatriados], de forma a sensibilizar o maior número possível de destinatários” (traduzido do francês; Rocha-Trindade, 1999, p. 260)³¹. Esta iniciativa política surgiu na sequência dos encontros nacionais, posteriormente europeus, de lusodescendentes, promovidos por um

coletivo de associações portuguesas de França³², o que levanta a questão de saber se as iniciativas tomadas pelos governos dos países de emigração se inscrevem no prolongamento das ações iniciadas pelos próprios migrantes ou o inverso (Portes, Escobar, & Radford, 2007)³³. O programa “Estágios Profissionais para Jovens Portugueses e Lusodescendentes Residentes no Estrangeiro” foi lançado em 2001 e em 2003 decorreu o programa “Porto de partida, Porto de chegada: o Porto acolhe os seus Emigrantes”. Esta ação, lançada por aquela autarquia em colaboração com a SECP, tinha por objetivos criar “laços afetivos entre as cidades europeias”, mas também implementar “um sistema de ensino superior que permita aos filhos de emigrantes [à semelhança do que se faz em Inglaterra com os países do ex. império inglês] estudar na terra natal dos pais” (sublinhado da autora), viabilizando simultaneamente “a vinda de uma cultura europeia, que traz uma mais-valia aos executivos em Portugal” e a difusão da cultura portuguesa no mundo, quando os estudantes regressam ao país de residência (Morais, 2003). Mais do que o “regresso” efetivo destes filhos de emigrantes e da articulação do potencial migratório com as necessidades do mercado do emprego português, o estudo destes discursos e dos programas implementados demonstra a construção, “pelo alto” (à escala nacional) de uma “nação desterritorializada”, numa visão neoimperial da presença de Portugal no mundo e a injunção de lealdade dirigida aos lusodescendentes, visando constituir um potencial cultural e económico para a internacionalização de Portugal e a promoção da sua imagem no estrangeiro.

O estudo do impacto destes programas nas práticas de circulação entre Portugal e os países de residência da segunda geração ainda está por fazer. Esta análise será de uma grande dificuldade, devido à complexidade destes fenómenos de circulação, imbricados em histórias migratórias diversas, feitos de múltiplas idas e voltas realizadas em várias idades e por diferentes razões: escapar ao controle parental ou à promiscuidade em França (principalmente para as raparigas), antecipar o regresso dos pais a Portugal ou partir para trabalhar numa empresa multinacional, realizar uma experiência estudantil no quadro do programa europeu Erasmus, etc. No entanto, não deixa de ser possível analisar as reapropriações identitárias que estas práticas de circulação, que são igualmente lugares-tempos de confrontação com a sociedade de origem, suscitam nestes descendentes de migrantes. Estas práticas são inovadoras e diferem das dos pais, pois inscrevem-se em projetos estudantis ou profissionais e não suscitam, geralmente, uma rutura dos laços mantidos com o meio de origem, a aldeia, a casa, que podem aliás servir de ponto de referência. Frequentemente, este tipo de projeto decorre na cidade mais próxima da aldeia de origem (cf. Afonso, 1997) e esta experiência de vida em meio urbano permite ao indivíduo apropriar-se de novos recursos sociais e culturais, tais como as tradições estudantis do meio universitário português, reutilizadas posteriormente no espaço associativo em França. Por exemplo, tive a oportunidade de observar o caso de jovens que viveram essa reapropriação de uma “identidade portuguesa”, nalguns casos vários anos após terem adquirido a

nacionalidade francesa, graças a uma estada estudantil em Portugal. O retomar desta ligação concretizou-se pela atualização, ou obtenção dos documentos de identidade, posteriormente utilizados para viajar.

Se uma experiência de vida em Portugal permite a confrontação com a sua realidade social e económica, possibilitando ultrapassar a idealização que o afastamento suscitou e provoca a tomada de consciência das diferenças existentes entre expectativas pessoais e realidade, impossíveis de detetar por altura das férias de verão, passadas em família, frequentemente nas zonas menos desenvolvidas do país. Por outro lado, o olhar discriminatório dos portugueses residentes, que faz os filhos de emigrantes sentirem-se excluídos³⁴, também pode levar à recusa da identidade portuguesa ou à sua redefinição como “simples origem”. Uma rapariga, após dois anos passados numa universidade portuguesa, afirma “Sou Francesa, mas para chegar a essa conclusão tive de viver dois anos em Portugal: foi um grande choque e vi-me aflita” (Anna, entrevista, 2001). Este testemunho aproxima-se do de dois outros jovens, de 20 e 25 anos, que foram para Portugal concluir o percurso escolar num caso e efetuar um estágio profissional no outro:

Quando estagiei no Porto, chamavam-me o Francês Francês lá em Portugal e aqui em França, Português.

Temos uma má imagem em Portugal . . . e os trâmites universitários foram complicados: é inenarrável. (Linda, entrevista, 2001)

Não sou Portuguesa, quando alguém me pergunta, digo que sou Francesa! Quando cheguei aqui [Portugal], apercebi-me que não era verdadeiramente de cultura portuguesa: nós evoluímos e eles não³⁵. (Rita, entrevista, 2001)

Resumindo, o estudo das práticas de circulação entre França e Portugal dos membros da segunda geração indica redefinições sucessivas dos sentimentos de pertença ao ritmo dos ciclos de vida e também em função dos reconhecimentos identitários, que provocam a tomada de consciência de um afastamento gradual entre a nação territorializada (Portugal) e a nação desterritorializada (a diáspora).

Observações finais – Laços transnacionais sustentáveis? Quais? Em que espaços?

Embora o transnacionalismo (no sentido lato do conceito) não constitua o “modo de adaptação normativo e dominante” (Portes, 2003) no caso da migração portuguesa intraeuropeia, este parece dominante na geração dos primo-migrantes: laços mantidos com a família e com a casa, geralmente inscritos no projeto de regresso. Este facto poderá explicar o motivo pelo qual a França continua a ser a fonte principal das remessas³⁶ para Portugal, mas pode também levar-nos a questionar o futuro deste fenómeno: por quanto tempo mais continuarão as remessas?

A ligação ao país de origem dos pais, criada pelos descendentes, inscreve-se na continuidade das práticas de circulação familiar que se foram transformando – e continuam a evoluir – ao longo do processo migratório e na transmissão intergeracional. Os laços familiares caracterizam-se pelo longo termo da sucessão das gerações (morte dos avós, dos pais, nascimento dos filhos) e de idas e voltas, cujas características se vão alterando em função do ciclo de vida destas gerações (aposentação dos pais, autonomia das segundas gerações). As práticas de ida e volta demonstram que a grande maioria dos meus interlocutores, inclusivamente quando nascem os filhos, continua a deslocar-se regularmente a Portugal nas férias, à casa familiar situada na aldeia de origem, transformada em residência secundária, ou para destinos turísticos, aliciados por campanhas de promoção especificamente destinadas aos emigrantes. Esta situação é ainda hoje predominante, mas encontra-se em evolução: com o falecimento dos avós e a aposentação dos pais, a dupla residência e a circulação entre os dois países continuam, embora as suas características se modifiquem. Por conseguinte, só após o falecimento dos pais e através da análise diacrónica (Levitt, 2009) das práticas de apropriação do património herdado (os terrenos e as casas), será possível avaliar a solidez desta ancoragem territorial.

Foi a partir da transnacionalidade (no sentido restrito do conceito de transnacionalismo) das suas famílias (Bryceson & Vuorela, 2002) que certos indivíduos adultos da segunda geração, diplomados e binacionais, criaram práticas específicas de circulação e laços próprios com Portugal. Estas práticas e laços sociais demonstram o envolvimento desta geração no projeto migratório familiar, dado que participam ativamente na afirmação do sucesso económico dos pais e, consequente, contribuem para o seu reconhecimento social nas localidades de origem, por exemplo pela prática do casamento bilocalizado.

A investigação demonstra também que foi geralmente antes de atingir a idade adulta, que os meus interlocutores começaram a criar uma ligação direta com Portugal, desprovida da intermediação dos pais, autónoma e distanciada do mundo rural. As trajetórias de Manuel, Maria e Carolina exemplificam a evolução de uma posição de testemunhas, para uma de atores transnacionais (Levitt, 2009), num contexto histórico particular, que facultou a elaboração de uma identidade coletiva positiva no país de acolhimento (Fibbi & D'Amato, 2008, p.16).

As investigações sobre o transnacionalismo da segunda geração provam que a identificação com o país de origem se concretiza em atividades transfronteiriças unicamente quando certas condições estão preenchidas. Os percursos de Maria e Carolina indicam que os laços com Portugal constituem um capital social mobilizável no quadro dos percursos profissionais em França. No caso de Carolina, o *“power of being raised in a transnational social field”* (Levitt, 2009) foi mobilizado de forma temporária, totalmente distinta da pertença familiar em Portugal e pertença étnica em França.

Embora a precaridade económica e social sejam antitéticas com as práticas transnacionais, o argumento da mobilidade social bloqueada constitui uma das causas do recurso ao transnacionalismo económico (Fibbi & D'Amato, 2008, p. 15). Desse ponto de vista, o caso de Manuel é paradigmático do percurso de um indivíduo em situação de mobilidade socioprofissional ascendente em França (Escola Superior de Comércio prestigiada, executivo) que, simultaneamente, faz a experiência de uma forte inferiorização no mundo profissional (Fibbi & D'Amato, 2008, p. 20). Finalmente, o exemplo de Manuel demonstra que tais práticas podem ultrapassar a dicotomia “*home*”/país de instalação: passou pela Alemanha, Brasil e Canadá, contactando geralmente as “comunidades portuguesas” locais.

Como referido por outras investigações sobre o transnacionalismo e a migração de regresso dos descendentes de migrantes³⁷, a situação de coexistência com os “locais” tece relações complexas que se cristalizam em torno da definição de identidade nacional, e nomeadamente da capacidade linguística. No caso que nos interessa, o desfazamento entre a narrativa estatal que sobrevaloriza a pertença (essencializada) da diáspora à nação portuguesa e a experimentação da diferença vivida pelos “regressados,” é suscetível de criar uma distanciação face a essa abordagem tradicional (Fibbi & D'Amato, 2008, p. 14–15).

Numerosas questões se levantam quanto à evolução da ligação dos descendentes de migrantes portugueses com o país de origem – enquanto território reinvestido por esta geração binacional ou como “*home*” à distância –, bem como relativamente à afirmação de uma “portugalidade” renovada, em particular, em sociedades como a francesa que, por influência do seu modelo republicano, é tradicionalmente avessa às manifestações de etnicidade. A esta discussão sobre a eventual continuidade, e as formas concretas, dos laços criados com Portugal pelas gerações vindouras de lusodescendentes, acresce a renovação de uma população portuguesa emigrada e implantada há décadas em diversos países, através da retoma dos fluxos emigratórios intraeuropeus e agora também direcionados para as antigas colónias portuguesas; e ainda a atual crise financeira mundial, que acarretou um recuo do protagonismo do Estado português junto da sua população expatriada/emigrante (encerramento de numerosos consulados, drástica redução do ensino da língua portuguesa e dos apoios financeiros) e criou uma nova imagem de país em crise (membro dos “PIGS” – Portugal, Itália, Grécia, Espanha) lançado ao opróbrio da opinião pública europeia.

Notas

¹ Ver por exemplo o discurso dirigido pelo Presidente da República aos “empresários portugueses” em Moçambique que “são o rosto de Portugal”, pronunciado no quadro da VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (*Correio da manhã*, 24 Julho 2012).

² Agradeço aos revisores as críticas construtivas, sugestões teóricas e pistas bibliográficas, que contribuíram ao progresso da minha reflexão.

³ Investigação conduzida no quadro da Tese de Doutoramento em Antropologia, École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Cf. dos Santos (2010).

⁴ A categoria de análise “segunda geração” é heurísticamente pouco satisfatória (Cf. Sayad, 1994), em particular no contexto migratório em apreço, de continuidade de práticas de circulação e de manutenção do projeto de regresso, que induziram os indivíduos nascidos em França a estadias, mais ou menos demoradas, em Portugal durante a infância.

⁵ A razão pela qual não me refiro aqui à terceira geração prende-se com o facto da migração dos avós se associar geralmente a um esquema de emigração masculina não familiar e temporária seguida do regresso a Portugal.

⁶ A França aceita a dupla nacionalidade. Um direito fundamental que os descendentes de migrantes portugueses consideram um “reconhecimento” da sociedade em que nasceram e que vivem como um “verdadeiro alívio” pois, desta forma, aos 18 anos podem pedir a nacionalidade francesa através da naturalização, sem renunciar à nacionalidade portuguesa.

⁷ Os descendentes de portugueses com mais de 18 anos representam cerca de 10% dos descendentes de imigrantes adultos em França (20% dos 25–34 anos) (INSEE, 2012). Estes jovens, que consideram sofrer menos de discriminação do que outros descendentes de imigrantes, tais como os de origem turca, do Magrebe e de países africanos (INSEE, 2012), declaram, na sua grande maioria, sentir-se “Franceses” (93%) e “Portugueses” (70%); 89% dos binacionais referem também uma pertença ao país de origem (trata-se da mais elevada percentagem observada entre descendentes binacionais) (Simon & Tiberj, 2012, p. 18).

⁸ Tal como em França, também para o continente norte-americano, diversos autores assinalam a reduzida mobilidade social da segunda geração da imigração portuguesa, travada pelo baixo nível escolar e de competências profissionais dos pais. Cf. Oliveira & Teixeira (2004) e Scott (2009).

⁹ As configurações identitárias “hifenadas” (Almeida, 2010) não são valorizadas, sendo apenas apreendidas como resultantes de uma etnicização das minorias, por parte do grupo maioritário (Crenn & Kotobi, 2012).

¹⁰ Cf. Fibbi & D’Amato (2008), no número especial da *Revue Européenne des Migrations Internationales*, consagrado às práticas transnacionais na Europa; Cf. Christou (2002); Cf. Sardinha (2011); Cf. Wessendorf (2013); outros autores, Cf. Santelli (2001) e Mariani (2012) não mobilizam o paradigma transnacional.

¹¹ Esta perspetiva de investigação que, no caso em apreço, se inscreve na vontade de ultrapassar o nacionalismo metodológico (Cf. Wimmer & Glick-Schiller, 2002) não deve, no entanto, abandonar a dimensão nacional que envolve a problemática da “lealdade”, nem a instrumentalização das diásporas por parte dos países de origem (Cf. Caetano & dos Santos, 2009).

¹² Cf. o trabalho precursor de M.B. Rocha-Trindade (1973), que descreve os laços tecidos entre a aldeia de origem (Queiriga, distrito de Viseu) e a autarquia francesa de residência (Orsay, Região da Grande Paris).

¹³ Com a exceção de trabalhos que incidem sobre o “regresso” da segunda geração. Cf. Afonso (1997) e Sardinha (2011).

¹⁴ Entrevistas não-diretivas conduzidas várias vezes com o mesmo interlocutor entre 2000 e 2006. O itálico corresponde a citações dos meus interlocutores; a maioria das entrevistas decorreu em francês, algumas vezes em português, quando na presença dos pais ou quando realizadas em Portugal.

¹⁵ Programa da União Europeia, criado em 1987, permite anualmente a 200 000 estudantes universitários estudar ou estagiar noutro país membro.

¹⁶ O Serviço Nacional da Cooperação era uma das fórmulas possíveis de serviço militar proposto pela França aos seus nacionais, obrigatoriamente efetuado no estrangeiro e que foi extinto em finais dos anos 90

¹⁷ Para uma descrição detalhada do evento e respetiva análise Cf. Caetano & dos Santos (2009).

¹⁸ De acordo com Leite (1999), o regresso (encarado como definitivo) a Portugal é raramente uma decisão feminina, sendo no entanto “principalmente em nome da permanência da unidade familiar que [as mulheres] reivindicam o projeto de sedentarização no país de acolhimento” (Leite, 1999, p. 306). As noções de “migrações pendulares” e de “migrações circulares”, parecem mais pertinentes para definir as práticas de mobilidade geográfica observadas nestes migrantes

(Morokvasic & Hedwig, 1996). Quando possíveis, essas circulações permitem constituir um equilíbrio entre o regresso à terra e a presença dos filhos. Esta solução tem também a importante vantagem de preservar o acesso às infraestruturas francesas, nomeadamente de saúde – o sistema social e de saúde português é frequentemente alvo de críticas e constitui um dos motivos evocados para a opção pela dupla residência.

¹⁹ O ensino do português (língua e história de Portugal) em França foi, a nível do primário, assumido pelo Estado português que destacou centenas de docentes que lecionaram milhares de crianças, em associações (sistema dito “paralelo”) ou nas próprias escolas primárias francesas (sistema dito “integrado”).

²⁰ Leal (2000) assinalou o surgimento de uma “nova ordem ritual” nas festas do Espírito Santo e, nomeadamente, as modificações do calendário das festividades, assim como o aumento do número de “promessas”, consequência da crescente importância do desempenho dos emigrantes.

²¹ Título de uma canção popular que celebra os emigrantes vindos de férias, retomado pelo filme homónimo (Urbano, Aguiar (Produtores), & Gomes (Realizador), 2008).

²² A associação parisiense Cap Magellan edita anualmente, desde 2002, um “Guia do verão em Portugal”.

²³ Durante os primeiros anos de atividade profissional, Carolina não teve a possibilidade de ter férias em Agosto.

²⁴ Aldeia da mãe, por respeito da tradição matrilocal, quando os noivos são de origem portuguesa.

²⁵ Mais exatamente, fingir que se respeita, já que as questões que se prendem com a sexualidade e o concubinato pré-matrimoniais são voluntariamente ocultadas: trata-se de assuntos tabus.

²⁶ Certos projetos de regresso a Portugal (projetados ou concretizados) são determinados pela vontade de não contrariar o que é imaginado como projeto parental de regresso, posterior à aposentação. Esta antecipação do regresso dos pais pode conduzir a uma situação paradoxal: certas raparigas são atraídas por uma “*vida melhor*” em Portugal, quando as suas mães recusam regressar definitivamente, por considerarem dispor de uma melhor qualidade de vida em França. Ver também Sardinha (2011) para uma análise do “regresso” da segunda geração, segundo os sexos (França e Canadá).

²⁷ Sobre o futebol na emigração portuguesa, Cf. Tiesler (2012).

²⁸ Um processo idêntico foi observado nos EUA, Cf. Leal (2007).

²⁹ Para uma análise sociológica da associação, Cf. de la Barre (1997).

³⁰ Já nos anos 1950, a preocupação de “cimentar a formação patriótica” dos luso-americanos através de bolsas de estudo em Portugal, destinadas aos estudantes e seminaristas, era referida nos discursos de certos deputados portugueses (*Diário das Sessões*: VI/04/205/1957, 25 abril 1957) (Cf. dos Santos, 2010, p. 340).

³¹ Sobre a política diaspórica do Estado português, Cf. Oriol (1984; 1988), Poinard (1988), Feldman-Bianco (1992); sobre a aparição de uma narrativa diaspórica destinada aos “lusodescendentes”, Cf. dos Santos (2003), Caetano & dos Santos (2009).

³² A Coordenação das Coletividades Portuguesas de França – CCPF. Cf. Branco (2003).

³³ O convite dirigido em Junho de 2012 aos lusodescendentes pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas por altura do Encontro Mundial dos Lusos eleitos, em Lisboa, de apresentar propostas concretas para a política a implementar junto das ‘comunidades portuguesas’ é, deste ponto de vista, significativo.

³⁴ Uma situação idêntica é descrita, no caso dos jovens Franceses de origem marroquina ou franco-marroquinos, por Ribert (2006). A etnografia de Elody Razy (2006) mostra também que é por ocasião de uma viagem ao Mali (menos frequentes do que no caso português), que um jovem toma consciência de que é Francês.

³⁵ É interessante observar que os portugueses locais avançam o mesmo argumento para caracterizar os emigrantes – o facto de terem ficado “congelados” no Portugal rural dos anos 50.

³⁶ 868 milhões de euros (Cf. Banco de Portugal, 2011, cit. Revista *Visão*, 30 Agosto 2012, p. 22).

³⁷ Cf. Sardinha (2011), e também o caso dos greco-americanos (Cf. Christou, 2002), dos nipo-brasileiros (Cf. Tsuda, 2003) e dos italianos da Suíça (Cf. Wessendorf, 2013).

Referências

- Afonso, S. I. (1997). *A segunda geração e o regresso: A geografia do actor de fronteira* (Dissertação de Mestrado em Sociologia não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Almeida, O. T. de. (2010). *O peso do bifen: Ensaios sobre a experiência luso-americana*. Lisbon, PT: Imprensa de Ciências Sociais.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Barbara, A. (1989). Avoir des parents analphabètes, ou l'enfant précaire et responsable. *Migrants-Formation*, 79, 54–78.
- Basch, L., Glick-Schiller, N., & Szanton Blanc, C. (Eds.). (1994). *Nations unbound: Transnational projects, post-colonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. New York, NY: Gordon and Breach.
- Basu, P. (2005). Roots-tourism as return movement: Semantics and the Scottish diaspora. In M. Harper (Ed.), *Emigrant homecomings: The return movement of emigrants, 1600–2000* (pp. 131–150). Manchester, UK: Manchester University Press.
- Branco, J. de P. (2003). Une ou des lusodescendances? Les rencontres européennes de lusodescendants. *Recherche en Anthropologie au Portugal*, 9, 37–45.
- Branco, J. de P. (2009). Portugueses em França, 1980–2000. Uma comunidade integrada? In M. B. Rocha-Trindade (Ed.), *Migrações – Permanência e diversidade* (pp. 85–129). Lisbon, PT: Afrontamento.
- Bryceson, D. F., & Vuorela, U. (Eds.). (2002). *The transnational family: New European frontiers and global networks*. Oxford, UK: Berg.
- Caetano, E. da S. (2003). *Visões da diáspora portuguesa: Dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre portuguesas e lusodescendentes de São Paulo* (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social não publicado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, Brasil.
- Caetano, E. da S., & dos Santos, I. (2009). 'A mesma juventude noutra latitude': Lusodescendentes do Brasil e da França frente ao projeto nacional das 'comunidades portuguesas.' In D. Melo & E. C. da Silva (Eds.), *Construção da nação e associativismo na emigração portuguesa* (pp. 125–178). Lisbon, PT: Imprensa de Ciências Sociais.
- Callier-Boisvert, C. (1999). *Soajo entre migrations et mémoire: Études sur une société agro-pastorale à l'identité rénovée*. Paris, FR: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- Carreira, T. P., & Tomé, M. A. (1994). *Portugais et luso-français: Double culture et identité*. Paris, FR: L'Harmattan.
- Charbit, Y., Hily, M. A., & Poinard, M. (1997). *Le va-et-vient identitaire: Migrants portugais et village d'origine*. Paris, FR: Presses Universitaires de France – Institut National d'Études Démographiques.
- Christou, A. (2002). Greek American return migration: constructions of identity and reconstructions of place. *International Journal of Migration Studies, Studi Emigrazione – Special Issue: Migration Into Southern Europe*, 39(145), 201–229.
- Correio da manhã. (2012, 24 Julho). Retirado de <http://www.cmjornal.xl.pt/>
- Crenn, C., & Kotobi, L. (2012). *Du point de vue de l'ethnicité: Pratiques françaises*. Paris, FR: Armand Colin.
- Cunha, M. do C. (1988). *Portugais de France: Essai sur une dynamique de double appartenance*. Paris, FR: L'Harmattan.
- de la Barre, J. (1997). *Jeunes d'origine portugaise en association: On est européen sans le savoir*. Paris, FR: L'Harmattan.
- de la Barre, J. (2006). *Identités multiples en Europe? Le cas des lusodescendants en France*. Paris, FR: L'Harmattan.
- Dessajan, S., Hossard, N., & Ramos, E. (Eds.). (2009). *'Immigration et identité nationale': Une altérité revisitée*. Paris, FR: L'Harmattan.
- dos Santos, I. S. (Ed.). (2003). Lusodescendance: Représentations, pratiques et enjeux. *Recherches en Anthropologie au Portugal*, 9. Paris, FR: Fondation de la Maison des sciences de l'homme.

- dos Santos, I. S. (2005). Being a part of several 'worlds': Sense of belonging and wedding rites among Franco-Portuguese youth. *Narodna umjetnost: Croatian Journal of Ethnology and Folklore Research*, 42(1), 25–45.
- dos Santos, I. S. (2010). *Les brumes de la mémoire: Expérience migratoire et quête identitaire de descendants de migrants portugais de France* (Tese de Doutoramento em Antropologia Social). École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, France.
- Feldman-Bianco, B. (1992). Multiple layers of time and space: The construction of class, ethnicity and nationalism among Portuguese immigrants. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 645(6), 145–174.
- Fibbi, R., & D'Amato, G. (2008). Transnationalisme des migrants en Europe: Une prévue par les faits. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 24(2), 7–22.
- Fourcade, M. B. (Ed.). (2010). Tourisme des racines: Expérience du retour. *Téoros: Revue de Recherche en Tourisme*, 29(1), 3–7.
- Glick-Schiller, N., & Fouron, G. E. (2001). The generation of identity: The long-distance nationalism of the second generation. In N. Glick-Schiller & G. E. Fouron (Eds.), *Georges woke up laughing: Long-distance nationalism and the search for home* (pp. 155–177). Durham, NC: Duke University Press.
- Gonçalves, A. (1996). *Imagens e divagens: Os residentes face aos emigrantes*. Porto, PT: Afrontamento.
- Guarnizo, L. E., Portes, A., & Haller, W. J. (2003). Assimilation and transnationalism: Determinants of transnational political action among contemporary migrants. *American Journal of Sociology*, 108(6), 1211–1248.
- Hage, G. (2005). A not so multi-sited ethnography of a not so imagined community. *Anthropological Theory*, 5(4), 463–475.
- Hily, M. A., & Oriol, M. (1993). Deuxième génération portugaise: La gestion des ressources identitaires. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 9(3), 81–89.
- Hirsch, M. (2012). *The generation of postmemory: Writing and visual culture after the Holocaust*. New York, NY: Columbia University Press.
- INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques). (2012). *Immigrés et descendants d'immigrés en France*. Paris, FR: INSEE (Insee Références).
- Katuszewski, J., & Ogien, R. (1981). *Réseaux: d'immigrés: Ethnographie de nulle part*. Paris, FR: Éditions ouvrières.
- King, R., & Christou, A. (2010). Diaspora, migration and transnationalism: Insights from the study of second-generation 'returnees.' In R. Bauböck & T. Faist (Eds.), *Diaspora and transnationalism: Conceptual, theoretical and methodological challenges* (pp. 167–183). Amsterdam, NL: Amsterdam University Press.
- Klimt, A. (1989). Returning 'home': Portuguese migrant notions of temporariness, permanence, and commitment. *New German Critique*, 46, 47–70.
- Klimt, A. (2000). European spaces: Portuguese migrants' notions of home and belonging. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 9(2), 259–285.
- Klimt, A. (2005). Performing Portugueseness in Germany. *Etnográfica*, 9(1), 103–121.
- Lacroix, T., Sall, L., & Salzbrunn, M. (2008). Marocains et Sénégalais de France: Permanences et évolutions des relations transnationales. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 24(2), 23–43.
- Leal, J. (2000). Traditions locales et émigration: Les fêtes du Saint-Esprit aux Açores. *Ethnologie Française*, 30(1), 51–60.
- Leal, J. (2007). Os silêncios da *Parade*. Futuros da etnicidade. In J. Leal (Ed.), *Açores, EUA, Brasil: Imigração e etnicidade* (pp. 99–133). Ponta Delgada, PT: Direcção Regional das Comunidades.
- Leandro, E. (1995). *Familles portugaises: Projets et destins*. Paris, FR: L'Harmattan.
- Leandro, E. (2004). Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios – Uma perspectiva analítica. *Análise Social*, 39(170), 95–118.
- Legrand, C. (2006). Tourisme des racines et confrontations identitaires dans l'Irlande des migrations. *Diasporas: Histoire et société*, 8, 162–171.
- Leite, C. (1999). Femmes et enjeux familiaux de la double résidence. In P. Bonnin & R. de Villanova (Eds.), *D'une maison à l'autre: Parcours et mobilités résidentielles* (pp. 294–312). Grane, FR: Créaphis.

- Levitt, P. (2009). Roots and routes: Understanding the lives of the second generation transnationally. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35(7), 1225–1242.
- Levitt, P., DeWind, J., & Vertovec, S. (2003). International perspectives on transnational migration: An introduction. *International Migration Review*, 37(3), 565–575.
- Levitt, P., & Glick-Schiller, N. (2004). Conceptualizing simultaneity: A transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, 38(3), 1002–1039.
- Levitt, P., & Jaworsky, B. N. (2007). Transnational migration studies: Past developments and future trends. *Annual Review of Sociology*, 33(7), 129–156.
- Levitt, P., & Waters, M. C. (Eds.). (2002). *The changing face of home: The transnational lives of the second generation*. New York, NY: Russell Sage Foundation.
- Mariani, L. (2012). Identités narratives et identifications sensibles: Itinéraires de migrants franco-cambodgiens de seconde génération à Phnom Penh. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 28(3), 89–106.
- Marques, J. C. L., & Góis, P. (2008). Pratiques transnationales des Capverdiens au Portugal et des Portugais en Suisse. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 24(2), 147–165.
- Morais, P. de. (2003). Porto de partida, Porto de chegada. In P. de Morais, L. S. Martins, J. F. Alves, M^a. C. Ramos, & J. A. Cesário (Eds.), *Porto de partida, Porto de chegada: A emigração portuguesa* (pp. 9–13). Porto, PT: Ancora.
- Morokvasic, M., & Hedwig, R. (Eds.). (1996). *Migrants, les nouvelles mobilités en Europe*. Paris, FR: L'Harmattan.
- Muñoz, M. C. (1998). Les fêtes au Portugal: Revitalisation de l'appartenance. *Informations Sociales*, 70, 42–51.
- Muñoz, M. C. (2002). Le renouveau de la création culturelle dans les associations portugaises. *Hommes et Migrations*, 1236, 82–92.
- Oliveira, A., & Teixeira, J. C. (2004). *Jovens portuguesas e lusodescendentes no Canadá: Trajetórias de inserção em espaços multiculturais*. Oeiras, PT: Celta.
- Oriol, M. (Ed.). (1984). *Les variations de l'identité: Étude de l'évolution de l'identité culturelle des enfants d'émigrés portugais en France et au Portugal*. Rapport final de l'A.T.P. CNRS 054 (vol. 1). Nice, FR: Université de Nice, IDERIC – Institut d'études et de recherches interethniques et interculturelles.
- Oriol, M. (1989). Les devenirs possibles de l'identité des Portugais dans la France et l'Europe de demain: Essai de prospective culturelle. In B. Lorreyte (Ed.), *Les politiques d'intégration des jeunes issus de l'immigration: Situation française* (pp. 352–366). Paris, FR: CIEMI/L'Harmattan.
- Østergaard-Nielsen, E. (2003). The politics of migrants' transnational political practices. *International Migration Review*, 37(3), 760–786.
- Pina Cabral, J. de. (1989). *Filhos de Adão, filhas de Eva: A visão camponesa no Alto Minho*. Lisbon, PT: Dom Quixote.
- Pingault, J. B. (2004). Jeunes issus de l'immigration portugaise: Affirmations identitaires dans les espaces politiques nationaux. *Mouvement Social*, 4(209), 71–89.
- Poinard, M. (1988). La politique d'un pays d'origine: Le Portugal. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 4(1–2), 187–202.
- Portes, A. (Ed.). (1996). *The new second generation*. New York, NY: Russell Sage Foundation.
- Portes, A. (1997). *Globalization from below: The rise of transnational communities*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Portes, A. (2003). Conclusion: Theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism. *International Migration Review*, 37(3), 874–892.
- Portes, A., Escobar, C., & Arana, R. (2009). Divided or convergent loyalties? The political incorporation process of Latin American immigrants in the United States. *International Journal of Comparative Sociology*, 50(2), 103–136.
- Portes, A., Escobar, C., & Radford, A. (2007). Immigrant transnational organizations and development: A comparative study. *International Migration Review*, 41(1), 242–281.
- Portes, A., & Rumbaut, R. G. (2001). *Legacies: The story of the immigrant second generation*. Berkeley, CA / New York, NY: University of California Press / Russell Sage Foundation.
- Pries, L. (2004). Determining the causes and durability of transnational labour migration between Mexico and the United States: Some empirical findings. *International Migration*, 42(2), 3–39.

- Razy, É. (2006). De quelques 'retours Soninké' aux différents âges de la vie: Circulations entre la France et le Mali. *Journal des Anthropologues*, 106–107, 337–354.
- Revista Visão. (2012, 30 de Agosto). Retirado de <http://visao.sapo.pt/>
- Ribert, E. (2006). *Liberté, égalité, carte d'identité: Les jeunes issus de l'immigration et l'appartenance nationale*. Paris, FR: La Découverte.
- Rocha-Trindade, M. B. (1973). *Immigrés portugais: Observation psycho-sociologique d'un groupe de portugais de la banlieue parisienne (Orsay)*. Lisbon, PT: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Rocha-Trindade, M. B. (1984). Le dialogue institué. In M. Oriol (Ed.), *Les variations de l'identité: Études de l'évolution de l'identité culturelle des enfants d'émigrés portugais en France et au Portugal*. Rapport final de l'A.T.P. CNRS 054 (vol. 1, pp. 357–379). Nice, FR: Université de Nice, IDERIC – Institut d'études et de recherches interethniques et interculturelles.
- Rocha-Trindade, M. B. (1999). Réseaux de transnationalité: Le cas portugais. *Ethnologie Française*, 29(2), 255–262.
- Rocha-Trindade, M. B. (2003). Portuguese diaspora: A post-colonial concept. *Migration: A European Journal of International Migration and Ethnic Relations*, 42, 107–122.
- Rumbaut, R. G. (2002). Severed or sustained attachments? Language, identity and imagined communities in the post-immigrant generation. In P. Levitt & M. C. Waters. (Eds.). *The changing face of home: The transnational lives of the second generation* (pp. 43–95). New York, NY: Russell Sage Foundation.
- Rumbaut, R. G., & Portes, A. (Eds.). (2001). *Ethnicities: Children of immigrants in America*. Berkeley, CA / New York, NY: University of California Press / Russell Sage Foundation.
- Santelli, E. (2001). *La mobilité sociale dans l'immigration: Itinéraires de réussite des enfants d'origine algérienne*. Toulouse, FR: Presses de l'Université de Toulouse-Le Mirail.
- Sardinha, J. (2011). Portuguese-Canadian and Portuguese-French second-generation migrant women narrate 'return' to Portugal. *Ex Aequo*, 24, 29–43.
- Sayad, A. (1994). Le mode de génération des générations 'immigrées.' *L'homme et la Société: Revue Trimestrielle Internationale de Recherches et de Synthèse en Sciences Sociales*, 111–112(1–2), 155–174.
- Scott, D. M. (2009). Portuguese-Americans' acculturation, socioeconomic integration, and amalgamation: How far have they advanced? *Sociologia, Problema e Práticas*, 61, 41–64. Retirado de <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n61/n61a03.pdf>
- Segalen, M. (2009). *Rites et rituels contemporains*. Paris, FR: Nathan.
- Simon, P. (2003). France and the unknown second generation: Preliminary results on social mobility. *International Migration Review*, 37(4), 1091–1119.
- Simon, P., & Tiberj, V. (2012). Les registres de l'identité: Les immigrés et leurs descendants face à l'identité nationale. *Documents de Travail 176* (Série Trajectoires et Origines (TeO) Enquête sur la diversité des populations en France). Paris, FR: Institut National d'Études Démographiques.
- Sobral, J. M. (1999). Da casa à nação: Passado, memória, identidade. *Etnográfica*, 3(1), 71–86.
- Tiesler, N. (Ed.). (2012). Diabola: Futebol e emigração portuguesa. *Etnográfica*, 16(1), 77–96.
- Tsuda, T. (2003). *Strangers in the ethnic homeland: Japanese Brazilian return migration in transnational perspective*. New York, NY: Columbia University Press.
- Urbano, L., Aguilar, S. (Productores), & Gomes, M. (Realizador). (2008). *Aquele querido mês de Agosto* [Filme documentário/ficção]. Lisbon, PT: O Som e a Fúria.
- Vasconcelos, J. (2001). Estéticas e políticas do folclore. *Análise Social*, 36(158–159), 399–433.
- Vatz Laaroussi, M. (2007). Les relations intergénérationnelles, vecteurs de transmission et de résilience au sein des familles immigrantes et réfugiées au Québec. *Enfances, Familles, Générations*, 6, 1–15.
- Villanova, R. (1989). Bilinguismes obligés et devenir du bilinguisme: Langues et identifications dans l'immigration portugaise. *Migrants – Formation*, 76, 126–138.
- Villanova, R., Leite, C., & Raposo, I. (1994). *Maisons de rêve au Portugal*. Paris, FR: Créaphis.
- Waldinger, R. (2006). 'Transnationalisme' des migrants et présence du passé. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 22(2), 23–41.

- Wateau, F. (2002). *Partager l'eau: Irrigation et conflits au nord-ouest du Portugal*. Paris, FR: CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique.
- Wessendorf, S. (2013). *Second-generation transnationalism and roots migration: Cross-border lives*. Surrey, UK: Ashgate.
- Wimmer, A., & Glick-Schiller, N. (2002). Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, 2(4), 301–334.

Irène dos Santos é doutorada em Antropologia Social pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris), em 2010. Desde 2011 é investigadora pós-doutorada no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Com base em trabalho de campo desenvolvido em França, Portugal e Angola, os seus interesses de investigação centram-se na intersecção da antropologia das migrações e a antropologia da memória social que analisa as (des)continuidades sociais, culturais, territoriais e históricas e a construção de identidades coletivas e memórias sociais.